



## Existe uma Cultura Literária Lésbica? Is there a Lesbian Literary Culture?

*Monalisa Almeida Cesetti Gomyde*<sup>1</sup>

### RESUMO

O intuito deste artigo é questionar a existência de uma cultura literária lésbica, desde a abordagem materialista de Monique Wittig (1992) acerca da categoria lésbica. A situação das mulheres no patriarcado será caracterizada por meio dos conceitos de colonização oferecidos por Alfredo Bosi (1992) e Claudia Von Werlhof (2015). Posteriormente, lésbicas serão posicionadas como fugitivas do regime colonizador heterossexual do patriarcado e sua criação literária como proveniente de uma cultura resistente à colonização masculina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura Lésbica. Cultura Lésbica. Estudos Feministas.

### ABSTRACT

The purpose of this article is to question the existence of a lesbian literary culture using Monique Wittig's (1992) materialist approach to the lesbian category. The situation of women in patriarchy will be characterized by the concepts of colonization offered by Alfredo Bosi (1992) and Claudia Von Werlhof (2015). Subsequently, lesbians will be positioned as fugitives from the heterosexual colonizing regime of patriarchy and their literary creation as coming from a culture resistant to male colonization.

**KEYWORDS:** Lesbian Literature. Lesbian Culture. Feminists Studies.

\* \* \*

toda lésbika é uma célula revolucionária

de nosso território matriarkal  
ikamiabas incendiárias antipatriarkal  
toda lésbika tem milhões de células revolucionárias  
há milhões de anos lutando  
numa guerra biológica pela autonomia natural  
(FORMIGÃO, 2020, n.p.)

---

<sup>1</sup>Monalisa Almeida Cesetti Gomyde. Bacharela em Estudos Literários pela UNICAMP, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Literatura na UFSCAR, onde desenvolve pesquisa sobre expressões da imaginação lésbica na obra Ara de Ana Luísa Amaral sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Vicente Valentim. E-mail: [monalisagomyde@gmail.com](mailto:monalisagomyde@gmail.com).

## 1 Rastros lésbicos

A literatura lésbica segue envolta na aura de mistério e criminalidade que a encerra e mistifica, de modo que o estabelecimento de um corpus e uma teoria própria permanecem urgentes. Esse artigo tenciona participar dessa construção, mas antes é necessário abrir caminho entre as descaracterizações da lésbica que impedem uma boa visão da produção literária lésbica. Essas descaracterizações ocorrem desde muitos locais e de diversas formas e costuma ser o contato inicial, e muitas vezes único, da maioria das pessoas com a presença textual do lesbianismo.

A descaracterização pode ocorrer através da mistificação da lésbica, usada como metáfora para outras coisas. Um exemplo é a lésbica utilizada como símbolo e imagem da glória, como descreve Walter Benjamin acerca da imagem da lésbica em Baudelaire:

A lésbica é a heroína da modernidade. Nela, um motivo erótico de Baudelaire — a mulher, que testemunha a dureza e masculinidade — foi penetrado por um motivo histórico — o da grandeza do mundo antigo. Isto faz com que a posição da mulher lésbica nas *Fleurs du mal* seja inconfundível. Assim se explica porque Baudelaire durante muito tempo lhes dedicou o título *Les lesbiennes*. (BENJAMIN, 2000, p.23)

O mesmo autor que no poema *Femmes Damnées (Delphine et Hippolyte)* descreve as lésbicas como “tristes vítimas sublimes” (81)<sup>2</sup>. Para Benjamin, tal discrepância é explicada pelo fato do poeta não reconhecer a lésbica como realidade possível, apesar de a utilizar como imagem da modernidade, logo, “seria absurdo supor que Baudelaire com seus poemas pensou defender a mulher lésbica na vida pública” (BENJAMIN, 2000, p. 26).

De forma diferente, mas com o resultado similar de operar o apagamento das lésbicas reais, a descaracterização também pode ocorrer

---

<sup>2</sup> Poema disponível em: <https://fleursdumal.org/poem/180> . Último acesso: 27 jul 2020.

através do completo esvaziamento da sujeita lésbica, de sua potência e sua rica história através da inclusão em siglas e termos forjados fora da comunidade lésbica — a forma mais atual de descaracterização —, como denuncia Susan Hawthorne:

E o que nós encontramos no uso da linguagem hoje? Nós encontramos a palavra *queer* que por meio de sua inclusão faz desaparecer as lésbicas. Nós encontramos o termo (e que termo mais esfarrapado é esse) atraída-pelo-mesmo-sexo. E eu pergunto, isso É tudo? Onde está a celebração da cultura que nós encontramos na palavra lésbica e suas ramificações em várias línguas europeias? Onde está a poesia? Onde está a música e as canções? A alegria e o ultraje? A braveza e a paixão? A linguagem do século XXI está nos fazendo recuar; está nos nublando, ofuscando e eufemizando para fora desse mundo. (HAWTHORNE, 2003, p. 241, tradução minha)

Nesse sentido, pode-se pensar que uma cultura lésbica própria não existe; ou, se existe, abarca e é definida a partir das imagens da lésbica que permeiam a cultura heterossexual em suas diversas formas ao longo da história. Hawthorne (2003), no entanto, clama pela recuperação e celebração de uma cultura propriamente lésbica. Em resposta à pergunta que nomeia esse artigo, ela responderia: Sim, existe uma cultura literária lésbica e ela definitivamente não tem relação alguma com o uso da imagem da lésbica operado por homens e mulheres heterossexuais.

Portanto, cabe à pesquisadora, antes de qualquer consideração acerca do que constituiria uma cultura lésbica e uma cultura literária lésbica, travar um breve passeio pela história do lesbianismo e da lesbianidade enquanto uma existência e identidade documentada, pois não existe cultura lésbica se não existem lésbicas. O reencontro entre a imagem da lésbica e lésbicas reais é imperativo, especialmente ao discutir-se lésbicas na literatura.

A historiografia acerca de lésbicas individuais, relacionamentos lésbicos e a formação de comunidades lésbicas ainda é diminuta, mesmo se comparada à historiografia acerca das mulheres heterossexuais ou dos

homens gays. Como afirma Marta Vicinus em sua pesquisa sobre lésbicas norte-americanas e inglesas, é exigido da historiadora que apresente provas — que nunca são consideradas suficientes — de que houve uma relação sexual entre mulheres para que essas sejam consideradas parte de uma genealogia lésbica, enquanto provas desse gênero nunca são exigidas acerca de pessoas heterossexuais, das quais é tido como natural e evidente a sexualidade (VICINUS, 2004, p. 21). A exigência de provas aceitáveis ao crivo do modelo acadêmico ocidental se mostra particularmente cruel, visto que, como aponta Tânia Navarro-Swain, diferente do que ocorreu com os homens homossexuais, até mesmo na Inquisição, o crime das lésbicas permanecia sem nome exato, já que “ao nomear cria-se uma imagem, cria-se um personagem no imaginário social. As mulheres homossexuais não tinham direito a um nome, logo, à existência” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p.19). O caráter evanescente de tais provas é mais uma evidência da interdição estrutural ao lesbianismo, algo a ser apagado, escondido e nem mesmo reconhecido como real.

A documentação da historiografia lésbica costuma vir de dois locais: ou dos universos jurídico e religioso, que fornecem provas da perseguição e tortura contra lésbicas, ou da escrita de lésbicas. Apesar de ambas as fontes compartilharem o tema, na primeira a lésbica é um objeto, enquanto na segunda é sujeita. Os textos jurídicos e religiosos contam a história da violência contra lésbicas e essa história pertence aos heterossexuais, pois são seus perpetradores.

Já a literatura de autoria lésbica abre o campo da criatividade e visão de mundo das lésbicas. Para Vicinus (2004) a literatura surge como vasto material no qual é feito possível o contato com a elaboração do sentido de si e dos afetos com outras mulheres em outros tempos, a linguagem costuma ser metafórica, emprestando da ordem simbólica heteropatriarcal<sup>3</sup> elementos com os quais criar uma brecha na qual o afeto lésbico seja passível de ser representado. Não por acaso, todas as lésbicas incluídas em sua pesquisa

---

<sup>3</sup>O conceito de heteropatriarcado foi elaborado por feministas lésbicas estadunidenses, sua utilização é notável na obra de autoras lésbicas como Julia Penelope (1986, 1985) e Sarah Lucia Hoagland (1989). Configura-se como uma ampliação e sofisticação do conceito feminista de patriarcado, ressaltando o papel essencial da heterossexualidade enquanto regime político na tessitura de uma sociedade marcada pela dominação masculina.

eram da aristocracia ou da burguesia leitora. Da mesma forma Bellini (1989) nota que as mulheres processadas pelo Santo Ofício no Brasil colonial sob a acusação de prática de sodomia com outras mulheres pertenciam majoritariamente a uma classe intermediária e que uma porcentagem significativa assina seu próprio nome nos autos de confissão.

Isso não significa que apenas mulheres letradas se relacionavam com outras mulheres, e sim revela o papel central que as práticas de leitura e escrita ocupam na experiência lésbica registrada e na recuperação da memória, já que a tradição oral, se reconhece as lésbicas, o faz em termos negativos. Tal conclusão não é exclusividade de pensadoras contemporâneas: é fato que há uma proibição ao acesso de meninas e mulheres à alfabetização e que algumas de suas justificativas repousam no suposto perigo inerente em uma menina ou mulher que saiba ler e escrever e, mais importante, que consiga elaborar pensamento crítico. Essa questão tem sido tema da literatura feminista desde textos primordiais, vide *Uma Reivindicação pelos Direitos das Mulheres*, no qual em 1792 Mary Wollstonecraft já defende o acesso à educação como essencial à emancipação feminina:

Para que as mulheres se tornem membros verdadeiramente úteis da sociedade, sustento que elas deveriam ser orientadas, pelo cultivo em grande escala de seu intelecto (...) Acredito ser indiscutível que as mulheres atualmente são tornadas tolas ou ociosas pela ignorância (...) Da tirania do homem, creio piamente, procede a maior parte das tolices femininas. (WOLLSTONECRAFT, 1792, trad. MOTTA, 2016, pp. 246-248)

Destarte, uma arqueologia dos registros literários deixados por lésbicas oferece a possibilidade de resgate da ancestralidade lésbica, defesa da sujeita lésbica e a afirmação de que existe uma cultura propriamente lésbica pertencente às lésbicas e não àqueles que se valeram de sua imagem, rompendo com o que Susan Calvin classifica como “uma não-realidade registrada e uma realidade não-registrada” (CALVIN, 1985, p. 4, tradução minha). A cada geração, mulheres lésbicas realizam essa jornada em busca dos rastros lésbicos na cultura, cumprindo a profecia e o pedido de Safo:

“Alguém se lembrará de nós/ Eu digo/ Ainda que em outro tempo” (SAPHO, trad. CARSON, 2002, p. 147, tradução minha).

Os rastros lésbicos são o resgate de textos tecidos pelas lésbicas e que constituem o material dessa cultura sob a qual se debruça o presente artigo. Considerando que o número de mulheres no curso dos séculos que tiveram e continuam a ter o acesso à alfabetização cerceado é de uma magnitude assustadora, entende-se o porquê da dificuldade da documentação de uma tradição literária própria.

Esses “farrapos de um tecido que se rasgou” (GAGNEBIN, 2009, p. 112), ou melhor, que foi e é continuamente rasgado, são o único acesso possível à fonte primária — a mão lésbica que empunhou o lápis —, tão cara às pesquisadoras para as quais o que os homens disseram e dizem não basta. Entender o sentido histórico da interdição à cultura feminina, para além da colonização masculina operada através do regime político heterossexual, é necessário na construção de uma defesa da cultura lésbica ancorada em uma visão histórica, política e social do que exatamente a constitui.

## 2 Uma cultura feminina para além da colonização

“De fato, como uma mulher, eu não tenho país. Como uma mulher eu não quero nenhum país. Como uma mulher, meu país é o mundo todo.”  
(WOOLF, 1966, p. 109, tradução minha)

Feministas da segunda onda exploraram com afincos a etimologia das palavras. Compreender a história das mulheres a partir de uma genealogia própria foi um dos elementos centrais da política feminista da época, como é ilustrado pela análise da palavra *woman*<sup>4</sup> — *wo-man* —, a partir da qual feministas estadunidenses se confrontaram com as origens patriarcais da palavra e propuseram novos termos, como *womyn*, no qual o referencial masculino *man* é substituído pelo referencial feminino *gyn*. Obras que cruzam os gêneros literários, como o *Borrador para un diccionario de las amantes* de

---

<sup>4</sup> Mulher.

Monique Wittig e Sande Zeig (1981) e o *Websters' first new intergalactic wickedary of the English language* de Mary Daly e Jane Caputi (1987) marcam tal momento histórico da teoria lésbica feminista, oferecendo verbetes e entradas enciclopédicas que trazem novas e instigantes definições para velhas palavras da língua do pai<sup>5</sup> (HOAGLAND, 1988, p. 538-542) e neologismos provenientes de uma ontologia lésbica.

No dicionário de Monique Wittig e Sande Zeig encontram-se definições inesperadas para velhas palavras que buscam fazer da lésbica o centro e a medida da linguagem, como no verbete oferecido à palavra deserto: “Antiguamente, tierra árida, extensión de arena. En la actualidad, cualquier lugar no habitado por lesbianas. De allí la expresión ‘vivir en un desierto’” (WITTIG; ZEID, 1979, trad. ROSSI, 1981, p. 64). O deserto passa a ser mais que apenas uma extensão de terra árida, ele é transformado em metáfora para um local não habitado por lésbicas. Já Mary Daly apresenta novas palavras baseadas em recuperações etimológicas da língua inglesa e cria derivações que formam uma teia de novos sentidos lesbocentrados, como *Gynergy*, “a energia feminina que simultaneamente engloba e cria quem somos; o impulso em nós mesmas que não foi possuído pelo patriarcado ou homem algum; a existência mulher-identificada (CAPUTI; DALY, 1987, p. 77, tradução minha), a qual é seguida por inúmeras derivações: *Gyn/affection*, *Gyn/Ecology*, *Gynocentric*, *Gynasthetic*, etc.

Logo, a perscrutação histórica das origens etimológicas das palavras é inerente à produção teórica e ficcional lésbica, pois, como a narradora múltipla do romance de Monique Wittig *Les guérillères*, traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo (2019), proclama acerca da língua, a recuperação/invenção de uma cultura lésbica depende de uma aguda consciência das políticas da linguagem inerentes ao jugo patriarcal:

Elas dizem: desgraçadas, os homens a expulsaram do mundo dos signos  
e ainda assim lhe deram um nome, chamaram-na de escrava, você,

---

<sup>5</sup>Sarah Lucia Hogland (1988) utiliza a expressão “língua do pai” para se referir à linguagem dentro do patriarcado, independente da língua específica. Sua análise mira as estruturas linguísticas que promovem, alimentam e, do ponto de vista da análise feminista, evidenciam a dominação masculina.

escrava desgraçada. Como proprietários, eles exerceram o direito de senhores. Sobre esse direito de nomear, eles escrevem que chega ao direito de pressupor que a origem da linguagem seja considerada um ato de autoridade proveniente daqueles que dominam. Dessa maneira, eles dizem que disseram: isto é tal coisa ou tal coisa, associaram uma palavra em particular a um objeto e a um fato, e, por esse motivo, por assim dizer, apropriaram-se deles. Elas dizem que, ao fazer isso os homens gritaram com todas as forças para reduzi-la ao silêncio. Elas dizem: a língua que você fala envenena a glote a língua o palato os lábios. Elas dizem: a língua que você fala é feita de palavras que a matam. Elas dizem: a língua que você fala é feita de signos que, em si mesmos, designam as coisas das quais eles se apropriaram. Aquilo em que eles não conseguiram colocar as mãos, aquilo que não atacaram como aves de rapina de múltiplos olhos, é o que não aparece na língua que você fala. Isso se manifesta precisamente no intervalo que os senhores não foram capazes de preencher com suas palavras de proprietários e possuidores. Procure nas lacunas, em tudo que não é a continuidade dos discursos deles, no zero, no O, no círculo perfeito que você inventa para aprisioná-los e derrotá-los. (WITTIG, 1969, trad. CAMARGO; DIAS, 2019, p. 104)

O principal tema do romance de Wittig, pode-se dizer, é o processo de descolonização física e simbólica das lésbicas; processo esse operado por ela em seus livros e em sua existência lésbica. Em *Lesbos* (2017), Vivian de Moraes faz o mesmo movimento a partir da imaginação ao recuperar a tradição literária brasileira e uma de suas grandes personagens femininas, Capitu, desnudando-a do mistério de sua suposta traição de forma inesperada:

capitu deixou bentinho em casa e foi visitar uma amiga, mas o marido logo desconfiou que iria, de fato, encontrar-se com escobar, o que, cá entre nós, é uma grande injustiça, já que capitu foi mesmo é à casa de mme. cleópatra; o que, tampouco, significa sua inocência. em vez de comer chá com bolinhos, capitu e cleo (assim capitu a chamava e era

uma concessão, pois só ela a chamava assim) tocavam piano e cantavam, bebiam o que houvesse para ser bebido, desde que tivesse álcool, liam poemas uma para a outra no caramanchão do jardim e, por fim, se deitavam um pouco – em suma, eram amantes. (MORAES, 2017, p.15)

O que remete à pergunta: descolonizar-se do quê? De quem? Caberia o uso dessa palavra e desse conceito para pensar a situação das mulheres lésbicas? No capítulo “Colônia, Culto e Cultura” da *Dialética da Colonização*, Alfredo Bosi também defende que “começar pelas palavras talvez não seja coisa vã” (BOSI, 1992, p.11). As mesmas marcas que feministas procuram na linguagem para pensar a dominação masculina das mulheres também procura Bosi para pensar a dominação europeia dos povos e terras por eles colonizados, mais especificamente, o Brasil.

Colo, cultus e cultura. *Colo*, do latim morar, ocupar uma terra, matriz da palavra *colônia*, o espaço ocupado (BOSI, 1992, p.11); *Cultus*, o produto da permanência da colonização, sinal da passagem do tempo e da produção de uma memória, não só através do cultivo da terra colonizada, mas também de um estabelecimento característico de culto aos mortos, isto é, o enraizamento dessa memória no nível simbólico (BOSI, 1992, p.15); *Cultura*, enfim, o conjunto de “práticas, técnicas, símbolos e valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (BOSI, 1992, p.16). A cultura dos colonizadores, estabelecida em sua especificidade e continuidade no território brasileiro é apenas possível pois tudo aquém, além e anterior a ela, tudo que lhe escapava ainda que escancarado na materialidade dos povos nativos das Américas, foi caracterizado como primitivo e selvagem, isto é, não digno do nome “cultura”.

Feministas oferecem uma perspectiva única ao apontarem a cultura patriarcal<sup>6</sup> como resultado da permanência histórica da dominação

---

<sup>6</sup> O conceito de patriarcado é utilizado tanto por feministas como pelas ciências sociais de diferentes formas. Mesmo dentro da teoria feminista ele é disputado; neste artigo, ele é utilizado seguindo a definição proposta pelas feministas de segunda onda, notadamente Kate Millet no livro *Sexual politics* (1971): a dominação masculina e os regimes que a sustentam. No entanto, não é ignorado o histórico do conceito, do qual deriva o uso feminista por certo. Vide o verbete “Teorias do Patriarcado” em *Dicionário Crítico Feminista* (DELHPY, 2009, pp. 173-178).

proveniente da colonização masculina dos corpos das mulheres e sua capacidade reprodutiva. Claudia Von Werlhof, em sua grandiosa teoria crítica do patriarcado, *¡Madre tierra o muerte!* (2015), define o método dessa colonização como alquímico, isto é, uma transmutação da materialidade — tanto a terra, a fauna e a flora, como a capacidade reprodutiva das mulheres — em abstrações maleáveis nesse universo simbólico ficcional<sup>7</sup> patriarcal, no qual é possível a sustentação da crença da capacidade criativa ser posse masculina e, logo, a dominação patriarcal ser justificada e naturalizada. Esse método parte das teorias patriarcais, que se apresentam por meio das religiões e filosofias, e se corporifica nas práticas culturais, na economia e na tecnologia (WERLHOF, 2015, pp. 35-79). Desse modo, ao utilizar o conceito de colonização para pensar a situação das mulheres, tal uso é literal e não metafórico, ainda que uma grande barreira permaneça no caminho da compreensão do patriarcado enquanto colonização: o fato, já constatado inúmeras vezes, de que mulheres estão intimamente ligadas aos homens, componente singular que diferencia a situação feminina da de outros grupos colonizados e oprimidos.

Se a perspectiva feminista é única, a perspectiva lésbica feminista é ainda mais contundente e radical em suas proposições. É o regime político heterossexual que organiza a ligação das mulheres aos homens colonizadores. Tal regime estabelece não só a organização social das instituições que regulam a sobrevivência das pessoas, mas também o que Monique Wittig nomeia como pensamento *straight*, o pensamento heterossexual que permeia todas as esferas e fundamenta a cultura patriarcal, permitindo que algo seja representável e comunicável ou relegando existências inteiras ao silêncio (WITTIG, 2006, pp.48-49). Apesar de abordar o pensamento *straight* como uma questão discursiva, Wittig o define como elemento fundamental da opressão que atinge lésbicas, ancorando-o em uma perspectiva materialista da situação da mulher dentro do regime político heterossexual, aqui defendido

---

<sup>7</sup> Tal ordem simbólica é colocada como ficcional pois, de fato, a capacidade criativa primordial é feminina, o ato de criar um novo ser humano. Ao longo da tradição ocidental, mas não apenas dela, a capacidade de criar é reconstruída como apenas masculina, ou ao menos, como em Platão, como sendo uma criação superior à das mulheres.

como uma situação de colonização. Wittig não utiliza o conceito de colonização, ela sugere, no ensaio *A propósito del contrato social* publicado em 1989, que a noção filosófico-política pré-industrial do contrato social abarca a situação das mulheres por esta ser similar a dos servos feudais. O contrato social é, de forma sucinta, o conjunto de regras ao qual membros de dada sociedade aderem voluntariamente ou compulsoriamente, garantindo assim sua manutenção.

Os principais filósofos que desenvolveram tal conceito, os chamados contratualistas, buscavam entender como se formava um estado ou nação. Principalmente Rousseau buscava entender quais os motivos que levavam as pessoas a abrirem mão de sua liberdade a um governante em troca de participação na sociedade. O contrato social medieval europeu e católico entre dominadores e dominadas/os era baseado na manutenção da servidão compulsória por meio da força. A invasão de terras normalmente tidas como comunais ou coletivizadas, ou seja, geridas por princípios outros que não o da propriedade privada, tornava essas terras propriedade dos homens que comandavam, formavam e financiavam exércitos e possuíam castelos murados. Os sobreviventes das invasões eram condicionados à servidão em troca da própria vida, que, a partir desse embate, estava subsumida à vontade do suserano. O contrato social medieval entre dominadores e dominadas/os dependia de que as/os servas/os trocassem seu trabalho, sua cultura, sua religião e suas formas de existir e gerir sociedades já estabelecidas pela permanência nas terras, que agora pertenciam aos senhores. Esse contrato era quebrado de forma individual a cada vez que as/os servas/os fugiam dos feudos. O paralelo é facilmente identificável: das mulheres é exigido que se sujeitem ao pacto masculino da heterossexualidade para que tenham permissão de existir em sociedade, assim como é exigido que pensem e se comuniquem na linguagem do pensamento *straight*, na língua do pai, para que suas vozes sejam inteligíveis.

Nesse ponto reside a principal diferença entre a visão contratualista e a produção teórica industrial de Marx e Engels, que rechaçam a possibilidade da fuga individual por considerarem que a revolução só poderia acontecer

coletivamente a partir da tomada de poder da classe oprimida que tem sua força laboral explorada. A classe proletária faria a revolução tomando os meios de produção. No caso da opressão sexual sofrida pelas mulheres — acerca das quais deriva originalmente a palavra proletariado: aquelas que produzem a prole —, não há separação entre trabalhadora e meio de produção, visto que os corpos femininos são feitos meios de (re)produção pelos homens. São a *colônia*, e a continuação dessa colonização estabelece o *cultus*: eis a *cultura* patriarcal.

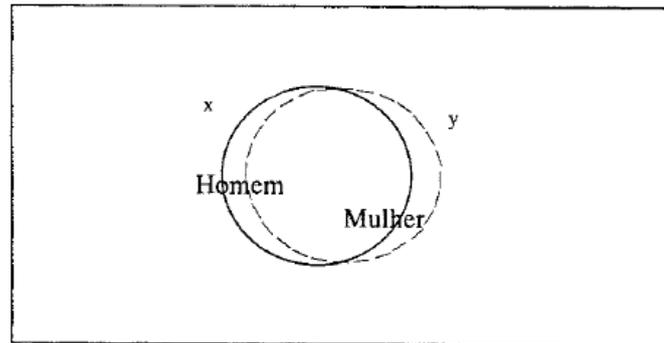
Como aponta Wittig, Lévi-Strauss em sua pesquisa acerca dos chamados intercâmbios de mulheres, segundo ele essenciais para a constituição de qualquer tipo de comunidade humana, torna evidente o grande acordo entre homens de colonizar e escravizar as mulheres. O aspecto mais nefasto do regime heterossexual talvez seja a introjeção dessa heterossexualização por suas próprias vítimas, que “foram convencidas de que no fundo desejam aquilo a que foram forçadas e que são parte do contrato social que as exclui” (WITTIG, 1985, p.69). A novidade trazida por Wittig é a compreensão de que, assim como as/os servas/os quebraram o contrato social que as/os prendia ao senhor, lésbicas quebram o contrato social heterossexual.

Cada lésbica individualmente é uma fugitiva do regime heterossexual, isto é, da cultura patriarcal. Essa é estruturada por meio da heterossexualidade enquanto regime político nas instituições, operando na vida de cada mulher em uma série de regras impostas à menina desde muito pequena, constituindo as condições e regras de pertencimento na sociedade, na cultura e na linguagem as quais ela deve acatar. Lésbicas são aquelas que não acatam às regras e, assim, quebram o contrato social heterossexual.

A cultura lésbica é a cultura da mulher que se liberta da colonização, sendo a terra colonizada seu próprio corpo, a existência lésbica *per se* é a constituição de um território livre. A cultura lésbica nasce sempre que lésbicas vivem e criam, é parte integral da genealogia feminina rebelde ao longo do tempo e do espaço. A cultura literária lésbica é a literatura produzida por mulheres que ousam ir além da colonização e se negam a pedir entrada

na cultura patriarcal, retomando com orgulho sua posição na zona selvagem enquanto ato da liberdade.

O conceito de zona selvagem é apresentado por Elaine Showalter, no clássico texto *A crítica feminista no território selvagem* (1982). Ao discutir as diferentes concepções do que seria a cultura das mulheres, ela nos apresenta o seguinte diagrama:



Pode-se visualizar então a forma como a cultura masculina dominante engloba a maior parte da cultura feminina. A cultura masculina é completamente acessível à linguagem e mesmo a borda sobressalente, inacessível às mulheres pela experiência direta, é transmitida através de mitos, lendas, textos e produtos culturais, visto que por ser a estrutura dominante ela é inescapável (SHOWALTER, 1994, p. 48). Porém existe uma área da cultura feminina totalmente inacessível aos homens, a não ser por projeções estigmatizadas como a de Baudelaire. Showalter descreve as diferentes iniciativas feministas de estabelecer essa zona selvagem como

o lugar de uma crítica, uma teoria e uma arte genuinamente centradas na mulher, cujo projeto comum seja trazer o peso simbólico da consciência feminina para o ser, tornar visível o invisível, fazer o silêncio falar. (SHOWALTER, 1994, p.48)

Partindo das reflexões acerca da posição histórica e política da lésbica, o conceito de zona selvagem funciona como uma explicação do local material, social e simbólico onde a cultura lésbica reside e floresce a despeito das violências patriarcais, ainda que sobrevivendo em rastros.

### 3. Sim, existe uma Cultura Literária Lésbica!

A literatura lésbica é aquela escrita pelo objeto essencial: a mulher, que se faz, enfim, sujeita de seu desejo, um desejo por uma igual. O amor, o desejo e a atração em seu sentido mais profundo marcam tal literatura; ainda que ela tenha como tema qualquer assunto que seja, esse amor continua a vibrar no texto, pois ele é a ontologia própria daquela que cria e está em tudo que ela faz. Nas palavras da poeta lésbica Audre Lorde: “não há para mim nenhuma diferença entre escrever um bom poema e me mover sob a luz do sol junto ao corpo de uma mulher que amo.” (LORDE, 1985, p. 58, tradução minha)

Por ter sido excluída da cultura patriarcal, na qual a possibilidade de uma mulher estar junto ao corpo de outra a quem ama é algo posicionado entre o crime e a loucura, a escritora lésbica se depara com um vazio simbólico, algo semelhante ao que Jeanne Marie Gagnebin escreve acerca da literatura de testemunho: “[a] impossibilidade de uma resposta simbólica clássica” (GAGNEBIN, 2006, p. 51), pois almeja dizer o que se supõe indizível. Em suas mãos tem, então, sua imaginação e criatividade para adaptar linguagens e gêneros disponíveis e também criar novas formas de contar. A cultura literária lésbica é marcada por essa natureza pioneira e de vanguarda, já que, por princípio, precisa estar além do tempo e do espaço patriarcal.

Essa necessidade fica evidente não só na temática, mas na estrutura do texto que exige quebras e uma atenção particular aos silêncios, desafia os gêneros, ensaia hibridizações e opera um desarranjo textual no nível formal e linguístico equivalente ao que o lesbianismo opera na realidade patriarcal: a construção de uma ordem simbólica exclusivamente feminina. Como pode ser observado no interior do texto do romance *Ara* (2016) de Ana Luísa Amaral, no qual a narradora necessariamente narra não só o amor por outra mulher, mas também a própria relação com a linguagem:

(Interrogo-me às vezes se essas vezes assim decorrem por serem resultado de uma ideia: inenarrável em verso, em narrativa limitada e pobre).

mais que os teus braços, gostava de ter feito coisa séria sobre eles e os outros, fazer nascer uma história infalível, verossímil —, em que ao menos o ter tido os teus braços me servisse de apoio para o texto. e dar-te um nome, dar-me um nome, rebatizar as gentes das paisagens, reconverter a vida em mais que sonho, em mais que visão minha quando, naquele estado de semivigília, vendo-te à minha frente, às paisagens de dentro dou outra vez o nome que tinham no real. (...)

esquecendo um dia os braços, procurei dar-te um nome, inventei nome falso mas real de ficção, cheguei mesmo à loucura (desabrida) do esquema para a história. estava tudo no esquema, o central é que não. e rasguei esquema e nome, que tu não respondias ao nome que inventara para ti. e como um sino falso de metal quebrado eram os nomes que sucessivamente te fui dando.

Não sou capaz de mais: não eras tu, mas eu que não te achava na confusão de tanto nomear. e o teu nome ficou, as tuas mãos, os braços verdadeiros, condenados a folhas de resguardo: pendentes sobre mim como duas espadas. Como duas tendências de voar. (AMARAL, 2016, p. 17-19)

Em *Ara*, a representação do amor entre mulheres é alcançada através de uma estrutura em camadas que, ao longo de capítulos compostos por poemas, relatos de viagens, memórias e um constante metaquestionamento acerca da natureza do texto a ser tecido e sua capacidade de exprimir a voz narradora, acaba por representar exatamente por meio da multiplicidade de gêneros, vozes e formas o caminho por vezes tortuoso, mas muitas vezes cheio de possibilidades, da imaginação literária lésbica.

A imaginação literária lésbica é simultaneamente uma elaboração estética particular e uma defesa ética de um modo diferente de existir que

precisa ser incessantemente imaginado. Se os discursos patriarcais do pensamento *straight* oprimem materialmente a lésbica, também a criatividade necessária à existência lésbica real alimenta uma rica produção literária. A fragmentação da história literária feminina, que destaca apenas poucas como excepcionais, é uma forma efetiva de apagamento da criatividade lésbica e da prolífica produção literária que sobrevive no que Adrienne Rich (1986, p. 54) chama de *continuum lésbico*, que abarca todas as mulheres e é marcado pela intensa ligação primária feminina. O conceito de Rich permite ir além da exigência de provas, já que as provas elas mesmas estão no corpo do texto que se revela lésbico e acaba, até mesmo, evidenciando toda uma vida lésbica a qual a autora, em seu tempo de vida, não foi permitida viver publicamente ou, se o foi, teve seus registros alterados e apagados.

A cultura lésbica, portanto, existe. Ela é a memória, ainda que por vezes apenas rastro, por vezes cheia de lacunas como um poema de Safo, das mulheres fugitivas do patriarcado. Ela é o exercício constante da primeira imaginação de todas, de que é possível amar a outra mulher e ser amada (HAWTHORNE, 2003, p. 239). A imaginação que se torna pensamento, que se torna ação, que se torna um novo mundo. No filme *Portrait de la jeune fille en feu* (2019), dirigido por Céline Sciamma, as protagonistas, em seu apaixonamento lésbico, travam um belo diálogo que evoca esse movimento de recuperação da possibilidade de amar, aparentemente nova, mas que na realidade sempre existiu, pois o amor entre mulheres existe desde que existem mulheres:

“Marianne: Eu pensei que você havia se assustado.

Héloïse: Você está certa. Eu estou assustada. Todas as amantes sentem que estão inventando algo? Eu conheço os gestos. Eu imaginei tudo isso enquanto esperava por você.

Marianne: Você sonhou comigo?

Héloïse: Não. Eu pensei em você.” (Portrait de la jeune fille en feu, Dir.  
Céline Sciamma, tradução minha)

Logo, a cultura literária lésbica compraz toda a produção da sujeita lésbica, na qual essa imaginação que reinventa continuamente a possibilidade do amor entre mulheres se faz presente nas linhas, palavras e imagens que cria. Ela explora a conexão entre criatividade e sexualidade, mas rompe com a concepção da imaginação e da criação da cultura patriarcal. Essa apenas reconhece o paradigma heterossexual no qual o homem, seja como amante, como o é o narrador da *Vita Nuova* (1293) de Dante, faz sua criação desde a destruição de sua amada, seja como ser andrógino, que abarca em si a energia feminina e a força masculina, como o é a tríade deus-cristo-espírito santo da Bíblia, dilacerando a existência feminina e a reduzindo a um elemento consumível, proclama-se então como o único capaz de criar.

Por sua vez, a criatividade lésbica é difusa, reforça a autonomia do eu criativo, muda a ênfase patriarcal do texto como transcendência, para um texto enquanto pertencimento em uma comunidade criadora de amantes e amigas (FARWELL, 1988, p.110). A necessidade de um Outro desaparece, um círculo de leitoras-autoras é o suficiente. Uma cultura literária do reconhecimento mútuo desafia a ideia de que só há paixão e criação no antagonismo, na hierarquia, no estranhamento proveniente da alienação. Ela simultaneamente dilacera a colonização masculina em suas linhas de liberdade e confirma que é possível estabelecer cultura sem alienar e roubar nada e ninguém.

No poema *Conjuração 44* da poeta Aline Miranda pode-se visualizar a expressão da poética lésbica que na construção relacional entre eu-lírico e amada ancora-se em um reconhecimento mútuo que coincide os afetos por outra mulher e por si mesma, sem a necessidade de transcender a outra como objeto poético, pois a sujeita da escrita coincide com o objeto:

e no meio do abismo  
eu te seguia  
frios e calores  
alternando descontrolado sobre as mãos  
cai um papel

nele, Lana leio:  
Lésbica-lírica:  
não gasto todo o tesão  
num poema  
deixo alguns dedos  
para você

rodopiamos  
tu e eu  
por cima de espelhos  
categorias se espalham  
em vãos  
molhados  
patinamos nas umidades  
pedras celestiais  
feras adormecidas  
retratos 3x4  
porta de gavetas afora

semeando memórias já esquecidas  
sitiadas  
situadas aqui  
neste instante  
no silêncio agudo de nossos corpos  
acasalados  
ali

no meio do abismo  
eu te seguia  
à procura de mim (MIRANDA, 2019, p. 60)

Nos versos de Aline, lê-se a busca no abismo da linguagem que se revela no encontro com a outra e com si mesma e semeia memórias que, mesmo esquecidas, estão vivas no presente, na existência dessa escrita e desse amor que habita silêncios. As categorias que se espalham são todas àquelas da falocracia, dos gêneros, dos textos. As divisões patriarcais do mundo não mais valem dentro da umidade desse amor que respinga em poesia de uma lésbica-lírica. Após esse percurso, conclui-se não só que existe uma cultura literária lésbica, mas que podemos esperar dela grandes possibilidades de novos e maravilhosos mundos a habitar. A cultura literária lésbica não concerne apenas às lésbicas, pois constrói a possibilidade ética e estética de uma mudança civilizatória profunda. Um mundo no qual mulheres lésbicas e o amor entre mulheres são a medida é um mundo radicalmente livre para todas.

## Referências

AMARAL, Ana Luísa. *Ara*. São Paulo: Iluminuras, 2016.

BELLINI, Lígia. *A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Tradução de Heidrun Krieger Mendes da Silva, Arlete de Brito e Tania Jatobá. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAPUTI, Jane; DALY, Mary. *Webster's First New Intergalactic Wickedary of the English Language*. Boston: Beacon Press, 1987.

CAVIN, Susan. *Lesbian Origins*. San Francisco: Ism Press, 1985.

FARWELL, Marilyn R. *Toward a Definition of the Lesbian Literary Imagination*. *Signs*, vol. 14, no. 1, 1988, pp. 100–118. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3174663>. Último acesso: 15 jul 2020.

FORMIGÃO. *Em Serra por Formigão*. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/JlwOsm4eHaI>. Último acesso: 14 jan 2021.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2009.

HAWTHORNE, Susan. *The Depoliticising of Lesbian Culture*. *Hecate*, vol. 29, no. 2, 2003, p. 235+. Disponível em: <https://link-gale.ez31.periodicos.capes.gov.br/apps/doc/A113457037/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=bf5b2946>. Último acesso: 27 Jul 2020.

\_\_\_\_\_. *The Silences Between: are Lesbians Irrelevant?*. World Social Forum, Mumbai, India. *Journal of International Women's Studies*, V. 8, n. 3, 16-21 Janeiro/Abril: 2007.

HIRATA, Helena (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009.

HOAGLAND, Sarah Lucia. *Lesbian ethics: Beginning remarks*. *Women's studies international forum*, V. 11, n.6, p. 531-544, 1988.

LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984.

MARKS, Elaine. *Lesbian Intertextuality in Homosexualities and French Literature*. Ithaca: Cornell University Press, 1979.

MIRANDA, Aline. *Néctar 44*. Bragança Paulista, SP: Urutau, 2019.

MORAES, Vivian de. *Lesbos*. Urutau, 2017.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PENELOPE, Julia. *The Mystery of Lesbians: III*. Lesbian Ethics, Vol. 1, n. 3, 1985.

RICH, Adrienne. *Blood, bread and poetry: selected prose 1979-1985*. Norton Paperback, 1994.

RULE, Jane. *Lesbian Images*. New York: Doubleday and Company, 1975.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. Tradução de Deise Amaral. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PORTRAIT de la jeune fille en feu. Dir. Céline Sciamma. NEON, 2020.

VICINUS, Martha. *Intimate friends: women who loved women, 1778-1928*. Chicago, IL: Univ. of Chicago, 2004.

WERLHOF, Claudia Von. *¡Madre Tierra o Muerte!*: Reflexiones para una Teoría Crítica del Patriarcado. México: El Rebozo, 2015.

WITTIG, Monique; ZEIG, Sande. *Borrador para un diccionario de las amantes*. Tradução de Cristina Perri Rossi. Barcelona: Editorial Lumen, 1981.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Traducción de Javier Sáez y Paco Vidarte. Madrid: Editorial Egales, 2006.

\_\_\_\_\_. *Les guérillères*. Tradução de David Le Vay. London: Beacon Press, 1971.

\_\_\_\_\_. *As Guerrilheiras*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2019.

WOOLF, Virginia. *Three Guineas*. San Diego: Harcourt, Inc, 1966.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos das mulheres*. Tradução de Ivana Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

Recebido em fevereiro de 2021.

Aprovado em março de 2021.

